



## ANÁLISE DA EXPRESSÃO “FILHOS DE ABRAÃO” NA TEOLOGIA PAULINA

### Analysis of the Expression “Sons of Abraham” in Pauline Theology

Igor Guedes Rebouças\*

A  
R  
T  
I  
G  
O



\* Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrado em Engenharia Mecânica pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, no campus Mossoró. Aluno da Especialização em Teologia Bíblica da Faculdade Batista do Cariri.

**Contato:**  
igor.guedes@ifrn.edu.br

#### RESUMO:

O objetivo deste trabalho é procurar compreender o que Paulo desejava retratar ao chamar os crentes de “filhos de Abraão”. Isso será feito a partir de um levantamento da eclesiologia paulina, no que se refere às figuras veterotestamentárias que ele se apropria para representar a Igreja, e uma posterior análise de algumas interpretações de duas escolas teológicas (aliancismo e dispensacionalismo) acerca da paternidade de Abraão. Em seguida, será feita uma avaliação dessas interpretações através de temas que são necessários a essa discussão e que são importantes para estabelecer uma resposta coerente com a teologia bíblica.

**Palavras-chave:** Filhos de Abraão; Paulo; Povo de Deus; Dispensacionalismo.

#### ABSTRACT:

The purpose of this paper is to try to understand what Paul wanted to portray by calling believers "sons of Abraham." This will be done from a survey of Pauline ecclesiology regarding the Old Testament figures he appropriates to represent the Church, and a further analysis of some interpretations of two theological schools (covenantalism and dispensationalism) about Abraham's fatherhood. Then an evaluation of these interpretations will be made through themes that are necessary for this discussion and which are important for establishing a response consistent with biblical theology.

**Keywords:** Sons of Abraham; Paul; People of God; Dispensationalism.

## **INTRODUÇÃO**

Abraão é uma peça chave para a compreensão do relacionamento entre Israel e a Igreja. Os sistemas teológicos possuem respostas diferentes a essa questão e a figura do patriarca parece ser crucial para solucionar esse problema. Por um lado, uns tendem a interpretar Abraão como o pai da Igreja, buscando estabelecer a ideia de uma religião bíblica contínua, alheia ao judaísmo do AT, que sempre manteve vínculos espirituais [e não nacionais] com o seu povo. Por outro lado, há os que admitem uma certa distinção entre o tratamento de Deus com Israel no passado e a Igreja no presente, levando-os a entender Abraão como o pai de ambos.

Tendo tudo isso em vista, este trabalho visa defender a compreensão de que, ao se referir à Igreja como descendência de Abraão, Paulo intentava demonstrar a inclusão dos gentios na aliança abraâmica e no programa redentor de Deus por meio do sacrifício de Jesus Cristo (o verdadeiro descendente de Abraão), sem haver qualquer prejuízo para a identidade de Israel enquanto mediador da aliança abraâmica e igualmente herdeiro da promessa. Isso será feito a partir de um levantamento das principais figuras utilizadas por Paulo ao descrever a natureza e o caráter do corpo de Cristo, seguido de um apanhado de sugestões interpretativas acerca da paternidade de Abraão – oriundas de dois sistemas teológicos distintos (Aliancismo e Dispensacionalismo) – culminando com uma avaliação acerca dos principais temas que devem ser considerados nesse debate.

### **1 – A IGREJA COMO POVO DE DEUS**

O apóstolo Paulo, provavelmente, é o autor canônico que mais escreveu sobre a Igreja de Cristo Jesus. Questões referentes à natureza da Igreja, ao exercício dos dons, aos ofícios eclesiásticos, às formas de governo, às ordenanças por ela administradas, podem facilmente ser encontradas nas epístolas paulinas. Não é à toa que os estudiosos afirmam que “a Igreja [...] faz parte do conteúdo central da pregação de Paulo” (RIDDERBOS, 2004, p. 371).

Dentro da discussão acerca da natureza da Igreja, Paulo trata-a como povo de Deus. Esse termo era predominantemente utilizado no AT para se referir a nação de Israel, embora o conceito tenha sido ampliado dentro do próprio AT, tendo as nações gentílicas como referente durante a era messiânica. Sendo assim, Paulo, ao se referir a Igreja como povo de Deus (cf. Rm 9.25ss), assume que o Senhor está trazendo para si pessoas de todas

as nações, a fim de formar um povo para o seu nome, da mesma forma que o foi a nação de Israel (SAUCY, 2013, p. 293). É possível afirmar, portanto, que esse tratamento que o apóstolo dá ao corpo de Cristo evidencia uma certa continuidade entre a comunidade da antiga e da nova aliança.

Um fator que deixa claro a aproximação entre Israel e a Igreja é o uso que Paulo faz de figuras e instituições do AT – que possuíam um referente quase que exclusivamente judaico – para definir algumas realidades espirituais que são usufruídas pela comunidade cristã. Algumas dessas figuras serão apresentadas e desenvolvidas a seguir.

### 1.1 - Povo

O termo mais óbvio que Paulo se apropria para referir-se à Igreja é a palavra “povo” (*laos*<sup>1</sup>). A primeira vez em que essa expressão aparece na literatura paulina é no texto de Rm 9.25ss, talvez o texto mais famoso em suas cartas sobre o assunto. Nesta passagem, o apóstolo cita diretamente a profecia de Oséias (Os 1.9-10), uma mensagem que claramente se refere ao povo de Israel.

De modo geral, Paulo apresenta a Igreja como povo de Deus. Pode-se dizer que esta representação, em um sentido mais abrangente, qualifica uma comunidade como que tendo um relacionamento especial com Deus (LADD, 2003, p. 722). Em um sentido mais estrito, entretanto, esse termo também representa uma certa continuidade da relação que existia entre Deus e Israel no AT, sendo usufruída pela Igreja na nova aliança (MARSHALL, 2007, p. 393). Portanto, a igreja é o povo de Deus na presente dispensação, a comunidade que possui um relacionamento especial com Deus e o meio pelo qual o Senhor exerce o Seu domínio sobre a Terra.

Entretanto, a descrição da Igreja como povo de Deus não elimina a realidade do tratamento especial para com Israel como Seu povo. O próprio apóstolo Paulo reconhece a singularidade de Israel como povo Deus dentro de Seu programa redentor (Rm 11.1-2). Ladd (2003, p. 722), comentando sobre esse assunto, afirma que “isso não quer dizer que o título de *laos* seja tirado de Israel, mas que um outro povo é trazido para ser o povo de

---

<sup>1</sup> λαός.

Deus junto com Israel, mas em um outro fundamento. Saucy (2013, p. 293) também diz que “aplicação à igreja dessas descrições anteriormente usadas exclusivamente para Israel não faz com que a igreja assuma agora essa posição exclusivamente para si”.

## 1.2 – Congregação

Outra palavra que o apóstolo Paulo utiliza para designar a Igreja é o termo traduzido por “congregação” ou “assembleia” (*ekklesia*<sup>2</sup>). É uma das figuras mais comuns para se referir à Igreja, aparecendo mais de cem vezes no material epistolar do NT (ENNS, 2014, p. 405).

Embora as discussões acerca da palavra *ekklesia* girem em torno das concepções concernentes à igreja como uma comunidade local ou universal, é praticamente consenso entre os estudiosos que o termo também relaciona a natureza da Igreja como povo de Deus. O fato de Israel receber esse mesmo título na Septuaginta (LXX)<sup>3</sup> mostra que a ideia reproduzida por Paulo encontra sua raiz na própria natureza da nação enquanto povo de Deus (LADD, 2003, p. 721; HÖRSTER, 2009, p. 250). Saucy (1972, p.19) afirma que a Igreja é uma comunidade que pertence a Deus e que, portanto, sua origem, sua história e seu destino estão sob o poder exclusivo do Senhor. Essa ideia de pertencimento e de total dependência da graça divina está no âmago da palavra *ekklesia*, e descreve precisamente o relacionamento da Igreja com o seu Deus.

O que parece central para os estudiosos – e deve ser enfatizado neste estudo, tendo em vista o seu escopo – é a associação que Paulo faz entre Israel e Igreja ao tornar um termo comum à ambas as instituições. Embora alguns questionem a origem do termo *ekklesia* na teologia de Paulo, o seu empréstimo do material do AT é um fato que “pode-se considerar estabelecido” (RIDDERBOS, 2004, p. 372). Ou seja, Paulo está deliberadamente se apropriando de um termo utilizado como uma referência a Israel e aplicando-o a Igreja.

---

<sup>2</sup> ἐκκλησία. Além de referir-se à igreja, o termo é mais abrangente e pode ser traduzido como “congregação” ou reunião. Ver esse tipo de uso em At 19.39 (SCHOLZ, 2008, p. 827).

<sup>3</sup> Por exemplo, em Dt 23.2ss. Um uso equivalente a esse aparece no NT em At 7.38.

### 1.3 – Santos

Outro termo que Paulo costumeiramente se refere à Igreja é a expressão “santos” ou “santificados”. Não apenas em Paulo, mas em todo NT essa qualificação é atribuída a Igreja de Cristo – em mais de cem ocasiões<sup>4</sup> (SAUCY, 1972, p. 20).

Essa santidade posicional<sup>5</sup> faz com que a Igreja se identifique com a comunidade de Israel. Os israelitas também eram o povo santo de Deus (Lv 19.6; Is 62.12), embora essa santidade, por muitas vezes, não fosse desfrutada na vida de cada judeu. Em seitas judaicas do século I (a comunidade de Qumrã) havia a compreensão de que o povo escatológico de Deus recebia o título de santo, posição que eles mesmos alegavam desfrutar (HÖRSTER, 2009, p. 251). É possível que Paulo estivesse reproduzindo esse pensamento ao intitular a comunidade cristã dessa forma. Isso mostra que o povo que Deus separou para realizar a sua obra no início encontra a sua estrutura atual na Igreja, um povo escatológico através do qual o Senhor está trabalhando.

### 1.4 – Templo de Deus

Outra figura que Paulo usa para se referir a Igreja, embora não tão recorrente quanto as anteriores, é a de “templo de Deus”. O templo era o local onde a nação de Israel observa os cerimoniais de adoração a Deus, no AT. Era lá onde Deus habitava e guardava a nação de Israel. Sem dúvida, era o maior símbolo da presença do Senhor entre os israelitas.

Há duas palavras gregas que podem ser traduzidas como templo: *hieron*<sup>6</sup> e *naos*<sup>7</sup>. A primeira se refere especificamente à construção, enquanto a segunda diz respeito aos átrios santos que estão dentro do edifício, tendo uma conotação bastante relacionada ao

---

<sup>4</sup> Por exemplo, Rm 1.7; 2 Co 1.1; Ef 1.1; Fp 1.1; Cl 1.2; 1 Co 1.2.

<sup>5</sup> Entende-se santidade posicional como algo definitivo, que foi conquistado mediante a ação soberana e redentora de Deus; difere, portanto, do processo contínuo de transformação à imagem de Cristo (cf. HOEKEMA, 2011, p. 200ss).

<sup>6</sup> ἱερόν. De maneira mais específica, essa palavra pode referir-se ao pátio do Templo (SCHOLZ, 2008, p. 860).

<sup>7</sup> ναός. Mais comumente traduzido como “santuário” (SCHOLZ, 2008, p. 896).

local de habitação (SAUCY, 1972, p. 37). Paulo, por diversas vezes, usa essa segunda palavra para se referir a Igreja (1 Co 3.16-17; 6.19; 2 Co 6.16; Ef 2.21). Portanto, o que o apóstolo tinha em mente era que a Igreja – não propriamente o prédio, mas os membros da comunidade – é o local onde Deus escolheu para fazer Sua morada. Os crentes, tanto individualmente quanto coletivamente<sup>8</sup>, representam a presença de Deus aqui na Terra e carregam em seu próprio corpo o testemunho do Senhor a fim de que Ele seja glorificado entre as nações.

Certamente, essa ideia de habitação proveniente do símbolo do templo representa o relacionamento espiritual de Deus com o seu povo. “Deus habitou no templo de Israel, assim como no antigo tabernáculo, com o propósito de ter comunhão com o Seu povo” (SAUCY, 1972, p. 37). Isso foi uma verdade tanto para Israel, quanto o é para a Igreja na presente era. É por meio da presença de Deus que o Seu povo pode se identificar com ele. Lembrando que, como foi mencionado anteriormente, o próprio conceito de povo de Deus envolve a ideia de um relacionamento especial com o Senhor.

## **2 – AS INTERPRETAÇÕES DA EXPRESSÃO “FILHOS DE ABRAÃO”**

Além das imagens apresentadas anteriormente, é notória também a referência a Abraão como pai da Igreja de Jesus Cristo. O texto que traz essa associação de forma mais explícita é Gl 3.7, 9<sup>9</sup>, que diz: “Sabei, pois que os da fé é que são filhos de Abraão. De modo que os da fé são abençoados com o crente Abraão”. A questão levantada é a seguinte: De qual forma Paulo compreendia essa relação entre Abraão e a Igreja?

Neste item, portanto, serão apresentadas algumas respostas heterogêneas dentro de dois sistemas teológicos abrangentes, conhecidos como Aliancismo (ou Teologia Não-dispensacionalista) e Dispensacionalismo.

---

<sup>8</sup> Essa ideia de individualidade e coletividade com relação ao conceito de “casa de Deus” também é desenvolvida por Bezerra e Lima (2017, p. 123), ressaltando textos como Jo 14.23 e 1 Pe 2.15.

<sup>9</sup> Além dessa passagem, pode-se adicionar Rm 4.16-18.

## 2.1 – A perspectiva não dispensacionalista

O que é patente aos olhos desta perspectiva é que não há nenhuma distinção essencial entre a Igreja e Israel, de modo que não há nenhum futuro para a nação de Israel dentro do programa redentor de Deus. Para os proponentes desse pensamento, então, o título de “filho de Abraão”, aplicado à Igreja, é uma grande evidência de que os crentes da era presente desfrutam plenamente de sua posição de povo de Deus, em detrimento da nação de Israel.

A seguir, serão apresentadas algumas respostas mais particulares dentro da perspectiva Não-Dispensacionalista.

### 2.1.1 – O “Novo Israel” ou “Israel Espiritual”

Esse argumento é o mais comum dentro da perspectiva não-dispensacionalista. É a ideia de que Paulo está tratando de uma paternidade espiritual de Abraão e que essa relação dissocia qualquer ligação de Deus com o Israel étnico.

Schnabel (2002, p. 52) afirma que, através da obra de Jesus Cristo, a linha divisória entre judeus e gentios foi abolida, de modo que ambos são representados pela pessoa de Abraão e fazem parte da comunidade dos salvos em Jesus. Ele também assevera que:

Paulo pregou e ensinou um novo conceito de povo de Deus: a identidade e os limites do povo de Deus não são mais determinados pelo critério étnico, legal ou ritualístico, isto é, não mais pelas injunções da aliança de Deus com Israel, de Abraão a Moisés. A identidade e os limites do povo de Deus são determinados pela fé em Jesus, o Messias (SCHNABEL, 2002, p. 54).

Isso significa que a obra de Cristo redefiniu os recipientes das promessas de Deus presentes nas alianças do AT. Se os crentes são os verdadeiros descendentes de Abraão, significa que são eles que devem herdar todas as suas promessas. É nessa linha que Schnabel (2002, p. 54) continua, ao insinuar que “as promessas de Deus a Abraão estão completamente cumpridas em Cristo” e que “a igreja [...] representa a restauração escatológica de Israel”.

Ainda nesse assunto, Juncker (2007, pp. 133-134) também defende a ideia de que a bênção abraâmica está se cumprindo na Igreja e que essa compreensão paulina relativiza

completamente a descendência de Abraão por mera associação étnica, redefinindo o conceito de povo de Deus, baseando-se unicamente na fé que Abraão apresentou.

### **2.1.2 – Tipologia patriarcal**

O argumento da tipologia patriarcal chega a mesma conclusão apresentada no item anterior, mas justifica sua redefinição através de uma interpretação tipológica que supostamente fazia parte da tradição hermenêutica do apóstolo Paulo. Esse argumento, basicamente, foi retirado de um artigo desenvolvido por Günther H. Juncker (2007, p. 131ss).

Juncker (2007, p. 131ss) entende que Paulo compreendia a pessoa de Abraão – e alguns personagens relacionados a ele – de maneira tipológica, ou seja, como se eles fossem representantes de uma realidade espiritual que transcende a realidade material narrada nas Escrituras e que tal experiência é desfrutada pela Igreja na presente era. Ele, portanto, coleta alguns textos em que se torna possível verificar esse fenômeno, dentre os quais destaca-se Gl 3.8, 23-29; Gl 4.21-31, Rm 4.9-18; Rm 9.6-13. Na verdade, ele propõe que os três primeiros textos formam uma espécie de arcabouço tipológico que sustenta a sua interpretação da última passagem.

Sendo assim, Paulo estaria se apropriando da tipologia patriarcal para redefinir o conceito do povo escatológico de Deus, assumido, em sua visão, pela Igreja. Ele mesmo afirma explicitamente quando diz que “isso relativiza completamente a descendência genética e, ao mesmo tempo, necessita de uma redefinição do povo de Deus e da base para a filiação nesse povo” (JUNKER, 2007, p. 134). Aqueles que possuem a mesma fé de Abraão são, portanto, representados por ele e assumem o posto de verdadeiros descendentes do patriarca.

### **2.1.3 – Dois estágios da aliança abraâmica**

Há também a percepção de que Paulo compreendia o período da Igreja como uma era de cumprimento e de estabelecimento da nova aliança, que, de alguma forma, carregava elementos da aliança abraâmica. Sendo assim, em Cristo, os crentes (judeus e



gentios) poderiam ser considerados filhos de Abraão pela associação com a aliança abraâmica. Essa posição é defendida por Jason S. Derouchie (2015, pp. 445-485).

O autor desenvolve a ideia de que muitos textos do AT abordam o tema da descendência de Abraão de uma maneira desassociada da ligação biológica. Após afirmar que a descendência de Abraão é condicionada pela eleição divina – i.e., em seu sentido especial, como no caso de Isaque e Jacó, em detrimento de Ismael e Esaú – Deurochie (2015, pp. 455-456) passa a sustentar a ideia de que os prosélitos também eram considerados filhos de Abraão por serem membros da comunidade da aliança (cf. Gn 17.12; Êx 12.44). Textos como Dt 1.8 amparariam essa percepção na nação de Israel. Isso mostra que a membresia na aliança abraâmica não era restrita a raça ou descendência biológica.

Entretanto, há uma crise na argumentação de Derouchie, pois embora a participação na aliança não seja limitada pela nacionalidade, ela deve acontecer através da fidelidade aos termos da aliança – o que inclui a circuncisão. Isso, portanto, leva o autor a dividir a administração da aliança abraâmica em duas eras: 1) o período inicial, com os descendentes naturais de Abraão, usufruindo das bênçãos na terra prometida, realizado na aliança mosaica; 2) o período final, com a humanidade redimida, usufruindo das bênçãos da nova aliança através da obra de Cristo (DEROUCHIE, 2015, p. 459-460).

O apóstolo Paulo tinha em mente o segundo aspecto da aliança abraâmica quando escreveu os textos de Gl 3 e Rm 4. Deurochie afirma isso explicitamente quando diz que:

Gênesis 17 trabalha com Gênesis 15.5 a preparar o palco para Paulo, no contexto de um cumprimento escatológico em Cristo, para identificar judeus e gentios como tendo um lugar na família de Abraão, à parte da circuncisão e da lei que seria associado a ele mais tarde. [...] O progresso das administrações abraâmica e mosaica para a nova aliança em Jesus responde como Paulo pode aplicar a linguagem da ‘descendência’ para cristãos judeus que nunca se tornaram judeus prosélitos (DEUROCHIE, 2015, p. 461).

## **2.2 – Perspectiva dispensacionalista**

Em contraste com o que foi apresentado, a teologia Dispensacionalista compreende o relacionamento entre Israel e Igreja de forma mais descontínua e distinta do que a teologia da aliança. Na verdade, essa perspectiva é encarada como um distintivo e uma doutrina basilar desse sistema teológico (RYRIE, 2004, p. 147; VLACH, 2016, p. 27).

A seguir, serão apresentadas algumas entre as principais interpretações dispensacionalistas concernentes a membresia da Igreja na família de Abraão.

### **2.2.1 – Múltiplos usos da expressão “Filhos de Abraão”**

Esse é um dos argumentos mais famosos dentro da perspectiva Dispensacionalista. Vlach (2016, pp. 31-32) chega a colocar esse entendimento como uma das seis crenças essenciais do dispensacionalismo.

Os proponentes dessa visão afirmam que a Bíblia faz referência, pelo menos, a três sentidos da expressão “descendência de Abraão” (VLACH, 2016, p. 32; RICCARDI, 2014, pp. 56-59; FEINBERG, 2013, pp. 80-82): 1) Os descendentes biológicos de Abraão; 2) o Messias; 3) os crentes em Cristo. É possível encontrar algumas ocasiões em que Paulo cita os três sentidos separadamente (cf. Rm 9.7; Gl 3.16; 3.7). No que se referir a Igreja, Paulo utiliza o último sentido, que atribui uma paternidade espiritual de Abraão aos crentes judeus e gentios que estão unidos ao corpo de Cristo.

Merece destaque as palavras de Feinberg (2013, p. 81), quando ele diz que os dispensacionalistas “insistem que nenhum desses sentidos é reciprocamente cancelado ou se torna sem importância ao voltar-se para o NT”. Isso significa que Paulo, ao abordar um desses sentidos, não estaria menosprezando ou reinterpretando os outros sentidos. No caso específico da Igreja (p. ex., Gl 3.7), ele não estaria esgotando todo o sentido da expressão em detrimento dos demais sentidos apresentados no restante das Escrituras.

Ao experimentar as bênçãos espirituais que haviam sido prometidas a Israel, Paulo jamais afirma que a Igreja assumiria a posição de Israel, mas que ela iria compartilhar tais bênçãos juntamente com Israel (RICCARDI, 2015, p. 58). Dessa forma, o comentário de Saucy (1972, p.75) está correto, quando ele afirma que “ambos, Israel e Igreja, são

semente de Abraão e herdeiros da promessa. Mas isso não iguala Israel e Igreja. Antes, Abraão é o pai de ambos”.

### 2.2.2 – Associação com a bênção do Espírito Santo

Alguns dispensacionalistas argumentam a respeito do nível de participação da Igreja na aliança abraâmica e da sua consequente filiação. Uma vez que os crentes em Cristo são também filhos de Abraão, quais das bênçãos que estes já desfrutam por conta de sua posição?

Robert A. Pyne (1995, pp. 211-222) afirma que Paulo compreende a Igreja – enquanto um organismo associado à aliança abraâmica – como desfrutando apenas da bênção do Espírito Santo. Segundo este autor, o conteúdo da bênção abraâmica a ser desfrutadas pelas nações não é muito claro ou específico nos textos que narram o estabelecimento da aliança (PYNE, 1995, p. 212). Entretanto, quando se observa alguns textos proféticos (como Ezequiel e Isaias), existe uma forte ligação entre os temas da renovação da aliança, da linguagem da promessa abraâmica e da bênção do Espírito Santo (PYNE, 1995, p. 219).

É muito provável que essa ligação tenha servido de pano de fundo para a compreensão paulina descrita em Gl 3. Com relação a isso, Pyne diz:

Aparentemente o apóstolo tinha um rico fundamento sobre qual ele construiu quando escreveu, em Gálatas 3, acerca da promessa do Espírito Santo. [...] Há uma forte associação entre a promessa do Espírito e a renovação das promessas da aliança, e Paulo parece estar desenhando diretamente a partir dessa tradição, enquanto considera que ela estava sendo cumprida em Cristo (PYNE, 1995, pp. 219-220).

Ao falar sobre a bênção do Espírito em Gl 3, Pyne está se referindo aos vv. 2-3, 14. Os primeiros versos tratam do momento em que os gálatas receberam Espírito Santo, e Paulo retoricamente conclui que isso aconteceu no instante em que eles creram na pregação do evangelho. Nesse caso, é possível ver a associação direta entre a habitação do Espírito e a fé – a mesma que Abraão teve (v. 6). No v. 14, a bênção de Abraão é diretamente identificada com a promessa do Espírito, podendo ser um grande argumento em favor da delimitação do usufruto desta bênção por parte da Igreja.

### **2.2.3 – “Filhos de Abraão” como uma designação qualitativa**

Em um estudo recente, Michael M. Burer (2016, p. 337ss) defende a tese de que a expressão “filhos de Abraão” não diz respeito à membresia ou filiação à comunidade abraâmica, mas corresponde a uma designação qualitativa – algo que está relacionado ao caráter e à atitude do crente.

O peso maior do argumento está sobre as questões gramaticais. O autor mostra que existem três sentidos em que os substantivos gregos podem ser utilizados: indefinido, definido ou qualitativo. O indefinido aponta para um membro de uma classe sem especificá-lo, enquanto o definido identifica-o de forma particular. O sentido qualitativo – como um meio termo entre os dois – se refere às qualidades que representam os membros de uma classe (BURER, 2016, p. 345).

Burer, portanto, sustenta que o texto de Gl 3.7 é um caso em que a expressão “filho” representa um substantivo qualitativo. Isso significa que os crentes compartilham a mesma fé que Abraão teve, bem como o seu caráter espiritual. Paulo, portanto, não estava reinterpretação o conceito da descendência de Abraão e atribuindo apenas questões espirituais como definitivas à filiação, desconsiderando inteiramente a associação étnica. Na verdade, Paulo entendia que havia distinções étnicas presentes na própria aliança abraâmica. “Descrivendo ‘os da fé’ como ‘filhos de Abraão’ em um sentido espiritual, qualitativo, Paulo ainda mantém a declaração original da aliança abraâmica enquanto habilmente explica como a aliança funciona no tempo presente” (BURER, 2016, p. 350).

Ele finaliza, afirmando que:

Eles não são ‘filhos de Abraão’ no sentido de que eles substituíram os judeus, nem eram eles ‘filhos de Abraão’ entre os judeus, sem distinções. Pelo contrário, eles eram ‘filhos de Abraão’ no sentido de incorporar o que significa verdadeiramente ser um filho de Abraão, que é viver uma vida de fé em Deus (BURER, 2016, p. 350).

### 3 – UMA AVALIAÇÃO

As questões que parecem ser essenciais nesse debate, dentro da visão paulina, são: a aliança abraâmica, a hermenêutica e a relação entre a Igreja e Israel.

#### 3.1 – A aliança abraâmica

Certamente, a participação na família de Abraão envolve, em certo sentido, as questões relacionadas à aliança abraâmica. Isso é tão verdadeiro que alguns autores embasam suas respostas neste quesito (cf. DEUROCHIE, 2015; PYNE, 1995; RICCARDI, 2014).

Não há dúvidas de que a aliança abraâmica envolve tanto a nação de Israel como as demais nações da Terra (Gn 12.3). Deus, ao fazer uma aliança com Abraão e lhe prometer bênçãos, estendeu a participação a esta promessa também aos gentios. Isso pode ser observado já na antiga aliança, onde estrangeiros prosélitos viviam dentro de Israel e não deveriam ser impedidos de participar dos rituais e das instituições da nação (p. ex., Êx 12.48), pelo contrário, eles também eram considerados como membros da comunidade e faziam parte do pacto. Israel, portanto, já estava sendo luz aos gentios quando os trazia à obediência a Deus.

O que não pode ser esquecido é que, embora judeus e gentios participem desta aliança, isso não elimina totalmente as diferenças entre eles. O tratamento de Deus ainda é “Israel e as nações” e Israel tem uma posição proeminente nessa área pelo fato de ser o mediador escolhido por Deus para administrar essa aliança. Os gentios são abençoados pela aliança sem se tornarem “Israel”.

Esse pensamento traz um reflexo importante para a Igreja, que é abençoada pela aliança abraâmica – sendo esta uma representação do remanescente das nações. Isso não significa que a Igreja assume a posição de Israel, mas que ela herdou as bênçãos que já haviam sido prometidas no estabelecimento da aliança.

Há também consequências importantes para a nação de Israel, caso este pensamento esteja correto. Israel, como elemento central na administração da aliança, também é o recipiente das bênçãos que foram prometidas. Entretanto, diferentemente do que muitos pensam, Israel ainda não desfrutou plenamente destas bênçãos (p. ex., a posse

da terra), sendo este usufruto postergado para um tempo ainda futuro. A ideia de que existem dois aspectos da aliança abraâmica (cf. DEUROCHIE, 2015, pp. 459-460) e que um deles já fora completamente cumprido na nação de Israel não encontra respaldo nem na teologia do AT nem do NT.

Se a Igreja realmente participa da aliança da forma como foi descrita acima, ainda resta uma questão: que tipo de bênção ela já desfruta? É conhecido que a aliança abraâmica contempla bênçãos espirituais e terrenas. Alguns entendem que a Igreja desfruta das realidades espirituais, como a bênção do Espírito Santo – esta, associada à nova aliança – e a justificação pela fé (cf. PYNE, 1995; RICCARDI, 2014). Sendo assim, Israel ainda irá desfrutar das bênçãos terrenas e nacionais [e também espirituais] quando o Senhor Jesus, a verdadeira semente de Abraão, vier para estabelecer o seu reino.

É possível que essa compreensão acerca da aliança abraâmica estivesse na mente de Paulo, até mesmo pela sua expectativa de futuro reestabelecimento da nação, como será visto no item 3.3. Dessa forma, a filiação da Igreja com Abraão não implica substituição, mas herança das promessas de bênçãos por meio da fé no descendente de Abraão – Jesus Cristo.

### **3.2 – A Hermenêutica**

Não há como falar sobre a teologia de Paulo sem mencionar a forma como ele compreende e interpreta as Escrituras anteriores.

#### **3.2.1 – A questão do sentido e o uso do AT no NT**

Essa questão gira em torno da postura do autor do NT – neste caso, Paulo – enquanto um intérprete do AT. Ele está reinterpretando o que os autores antigos revelaram, de modo a expor a realidade passada através da nova realidade em Cristo? Ou ele está ampliando o referente a partir de uma visão cristológica, mantendo, entretanto, a realidade do referente contemplado pelo autor antigo? Se a primeira opção for a correta, Paulo estaria afirmando que a filiação com Abraão é apenas uma realidade espiritual e sempre foi tratada com tal pelos autores do AT, sustentando uma total continuidade entre a comunidade de Israel e a Igreja. Se, entretanto, a segunda opção estiver correta, Paulo

estaria afirmando que a Igreja participa espiritualmente de uma posição que também é desfrutada por Israel, sem destituir as implicações a esta última.

Vlach, defendendo esse último tratamento descrito no parágrafo anterior, afirma que o progresso da revelação não retira a intenção original do autor do AT. Ele diz que:

O significado primário dos textos do Antigo Testamento não é primariamente dependente da intenção ou reinterpretação do Novo Testamento. O Novo Testamento pode, com a revelação progressiva, à luz de passagens do Antigo Testamento, oferecer comentários, ou acrescentar aplicações ou referentes, mas jamais substituir a intenção original dos escritores do Antigo Testamento (VLACH, 2016, p. 22).

Portanto, ao observar as propostas descritas no item 2 deste trabalho, percebe-se que os proponentes Não-Dispensacionistas têm a tendência de afirmar que Paulo estava redefinindo o conceito de povo de Deus (SCHNABEL, 2002, p. 54), chegando até a propor novas abordagens aos textos do AT diante das novas revelações trazidas à tona pelo apóstolo (JUNCKER, 2007, p. 134). Enquanto isso, os que possuem uma visão Dispensacionalista sustentam a variedade de referentes que o texto bíblico pode se apropriar, sem negligenciar as nuances que existem em cada um deles. É o caso, por exemplo, dos múltiplos usos da expressão “filhos de Abraão”, onde os autores não elevam a realidade de um caso em detrimento dos outros (cf. FEINBERG, 2013, pp. 80-82).

Pode-se afirmar, então, que a posição Dispensacionalista apresenta uma solução mais coerente em relação à hermenêutica, especialmente no que diz respeito à forma como Paulo compreende e usa os textos do AT. Ela trilha um caminho que parece ser mais natural na tarefa exegética, que é partir do texto mais antigo no progresso da revelação (ou seja, o AT) e culminar em seu estado totalmente construído e finalizado, que corresponde ao texto mais recente (ou seja, o NT). Dissociar o primeiro sentido seria retirar o seu fundamento.

### 3.2.2 – Tipologia

Há muita discussão sobre a interpretação tipológica, o que torna o estudo deste fenômeno algo muito complexo. A falta de consenso entre os estudiosos sobre o assunto dificulta o estabelecimento de um critério para analisar e lidar apropriadamente com os

tipos do AT. Beale (2013, pp. 35-52) elenca, pelo menos, duas dificuldades, ou dois debates, que circundam a interpretação tipológica.

Primeiro, diz respeito à natureza da tipologia. Enquanto alguns afirmam que a tipologia possui apenas um valor analógico, outros sustentam a sua função profética. Walter Kaiser, por exemplo, afirma que a tipologia é um recurso de analogia e não de profecia, talvez como uma forma de se adequar à sua tese do sentido humano único (cf. BOCK, 1985, p. 211). Entretanto, é mais provável que a tipologia tenha um caráter profético em virtude do uso de fórmulas comuns às profecias, como “para que se cumprisse” (BEALE, 2013, p. 39).

O segundo debate é concernente ao reconhecimento de um tipo. Alguns estudiosos são bem restritos quanto a esse assunto, limitando as referências tipológicas às ocasiões em que se encontram termos específicos (como fórmulas de cumprimento ou a palavra *typos* no grego). Outros possuem uma compreensão um pouco mais aberta, reconhecendo um tipo em situações que satisfaça as seguintes exigências: 1) correspondência; 2) historicidade; 3) prefiguração; 4) intensificação; 5) retrospecto (BEALE, 2013, p. 42; ZUCK, 1994, pp. 200-202).

Com base nisso, é possível lançar alguns comentários sobre o artigo de Jucker (2007, pp. 131-160), que fala de uma “tipologia patriarcal” como um fenômeno na interpretação paulina. Percebe-se que não há nenhum cuidado do autor em analisar os critérios necessários para enquadrar os personagens de Abraão, e também Isaque e Ismael, dentro da classificação de tipologia, conforme mencionada anteriormente. Ele afirma categoricamente que “os patriarcas das duas primeiras gerações após Abraão se mantêm nas Escrituras como tipos de uma realidade escatológica maior” (2007, p. 158), mas não dá razões para que isso seja entendido dessa forma. Se o reconhecimento dos tipos bíblicos for tão arbitrário, como Juncker parece sugerir, então não haverá limites para as correspondências entre ambos os Testamentos e a alegoria será instituída.

Jucker (2007, p. 146) ainda erra ao desconsiderar o caráter profético da tipologia. Por exemplo, ele usa como fundamento à tipologia patriarcal o texto de Gl 4.21-31 e afirma que outros textos, como Rm 9.6ss, devem ser compreendidos também de forma tipológica. Quando se observa o conteúdo de Gl 4, porém, percebe-se que não há um caráter profético. Paulo aparentemente está usando as figuras do AT como ilustrações ou de forma alegórica, como ele próprio afirma (cf. Gl 4.24), e não como o cumprimento



tipológico de algo que já havia sido anunciado na era patriarcal. Ele também erra ao identificar Ismael com o Israel nacional, ressaltando suas características de escravo e perseguidor e mostrando que não há mais espaço para a nação no plano de Deus (JUNKER, 2007, p. 138). Entretanto, quando se observa o contexto da epístola aos Gálatas, Paulo não está guerreando contra o Israel nacional, mas contra um grupo de dissimuladores (chamados de judaizantes) que se diziam crentes em Cristo, mas abraçavam o legalismo como necessário à salvação. Estes é que correspondiam à Ismael na argumentação do apóstolo no fim do capítulo 4.

### 3.3- A relação entre Israel e a Igreja

Outro aspecto importante a se analisar na teologia do apóstolo Paulo é a relação que ele estabelece entre Israel e a Igreja. Em partes, essa tarefa já foi realizada no item 1 deste trabalho. Entretanto, faz-se necessário uma análise um pouco mais abrangente, buscando os pontos de semelhança e diferença que ele apresenta e o que isso significa a respeito das promessas e alianças que foram estabelecidas no passado.

Existem muitos pontos nos escritos de Paulo que apresentam uma distinção entre Israel e a Igreja. McLain (1986, pp. 52-59) esboça os seguintes tópicos que enfatizam essa diferença: distinção de terminologia (1 Co 10.32); distinção cronológica (Ef 3.3-10; Cl 1.24-29); distinção de propósito (Fp 3.20; Cl 3.1-4); distinção de caráter (Gl 3.28; 1 Co 12.13).

Embora possa-se fazer objeção com relação a um desses pontos – especialmente, o que se refere a distinção de propósito – o quadro geral mostra que Paulo mantinha uma separação entre Israel e Igreja, de modo a não tratá-las como instituições intercambiáveis.

Ainda sobre essa distinção, Saucy afirma:

O testemunho consistente das Escrituras é à distinção entre Israel e Igreja. Israel é uma nação eleita, chamada para testemunhar a glória de Deus entre as nações e servir uma fase distinta do programa do reino. As profecias declaram que ela ainda cumprirá seu chamado. A igreja, por outro lado, é um povo chamado de todas as nações como 'um povo para o seu nome' (At 15.14). Ela também testemunha a glória de Deus e também serve o Seu programa do reino juntamente com a nação de Israel (SAUCY, 1972, pp. 73-74).

Apesar da clara distinção entre Israel e Igreja, Paulo também as compreende como que mantendo uma certa relação de continuidade. Não se pode cair na cilada de imaginar uma total dicotomia entre ambas as instituições de modo a não haver qualquer associação entre elas e acabar segregando o plano redentor de Deus em dois aspectos totalmente distintos (SAUCY, 1972, p. 74). Os casos que foram apresentados no item 1 deste trabalho são exemplos de que Paulo, ao usar expressões aplicadas à nação de Israel para se referir a Igreja, acaba aproximando as duas entidades, tratando-as como fases distintas de uma mesma administração de programa redentor de Deus.

Além desses casos, pode-se destacar a compreensão de que a Igreja faz parte da nova aliança, que havia sido originalmente dada a nação de Israel (McKLAIN, 1986, p. 62). O próprio Paulo afirma ser um ministro da nova aliança (2 Co 3.6), sendo ele um instrumento nas mãos do Senhor para a propagação da bênção do Espírito Santo através da pregação do evangelho. Dentre as diversas interpretações do que implica essa afirmação de Paulo – p. ex., substituição de Israel pela Igreja, ou a existência de duas “nova aliança” – a que parece mais provável é que tanto Israel como a Igreja compartilham a herança e a participação nessa aliança, assim como acontece com a aliança abraâmica (SAUCY, 1972, p. 78).

Essa compreensão paulina de continuidade e descontinuidade entre Israel e Igreja deve ser relevante na interpretação da assertiva de Paulo sobre os filhos de Abraão. A Igreja, portanto, também herda as bênçãos prometidas a Abraão, sem, contudo, tornar-se Israel. Isso é facilmente compreendido quando se leva em consideração o que foi abordado nos parágrafos anteriores. Dessa forma, o cuidado de Michael Burer (2016, p. 337) em defender a expressão “filho de Abraão” como uma designação qualitativa é excessivo e desnecessário. Os crentes em Cristo não apenas possuem a mesma qualidade da fé que Abraão teve, mas participam objetivamente da comunidade da aliança, sem trazer prejuízos à participação da nação de Israel quanto a essa posição. Embora Burer possa estar correto quanto à interpretação de Gl 3.7, certamente ele teria dificuldades de lidar com Gl 3.29 e Rm 4.16-18, que usam expressões correlatas (como “herdeiros”, “pai”, “descendência”) em um sentido distinto do qualitativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso que Paulo faz de Abraão para referir-se à Igreja faz parte de uma tradição eclesiológica do apóstolo, onde ele cita figuras do AT para retratar uma realidade espiritual desfrutada pela Igreja. Paulo, portanto, não ultrapassou os limites de sua própria teologia, apresentando algo incomum ou inédito, mas foi completamente consistente com seu pensamento e com as outras figuras que ele utilizou com esse mesmo propósito.

Mesmo tendo esse conhecimento, o fato é que ainda há uma grande divergência na compreensão acerca da intenção de Paulo em aproximar a figura de Abraão dos crentes em Cristo. Certamente, um dos intensificadores dessas diferenças é o compromisso dogmático, que delimita a possibilidade de interpretação dentro de um pequeno círculo estabelecido pelos sistemas teológicos.

Esse debate, entretanto, revela algumas certezas: os crentes, como filhos de Abraão, desfrutam no tempo presente algumas bênçãos relacionadas a aliança abraâmica. Através dos méritos de Cristo – a verdadeira semente de Abraão – a bênção chegou aos gentios, i.e., à Igreja.

Faz-se necessário afirmar, diante de outros temas e textos, que a aproximação que Paulo faz entre a Igreja e Israel não deve necessariamente implicar em substituição. O próprio apóstolo Paulo mantém distinções terminológicas que tornam a compreensão igualitária de ambas as instituições algo totalmente inapropriado. A promessa, em seu formato original, foi dada a Israel em sua identidade nacional e, como mediadora da aliança, ela deve ocupar uma posição ímpar dentro do tratamento do Senhor com as nações. Há elementos incondicionais na aliança que ainda não foram cumpridos e que certamente serão realizados no porvir. Todo o enredo bíblico – tanto o AT (especialmente) quanto o NT – apresenta essa expectativa da redenção de Israel e seu reestabelecimento na terra prometida.

## REFERÊNCIAS:

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BEZERRA, C. A.; LIMA, A. E. D. **Dízimos e ofertas**: quando a voluntariedade se torna soberana. Eusébio: Editora Peregrino, 2017.

BOCK, D. L. Evangelicals and the use of the Old Testament in the New: Part 1. **Bibliotheca Sacra**, v. 142, pp. 209-223, 1985.

BURER, M. H. “Sons of Abraham” In Galatians 3:7 as a spiritual, qualitative designation. **Bibliotheca Sacra**, v. 173, n. 691, pp. 337-351, 2016.

DEUROCHIE, J. S. Counting stars with Abraham and the prophets: new covenant ecclesiology in OT perspective. **JETS**, v. 58, n. 3, pp. 445-485, 2015.

ENNS, P. **Manual de Teologia Moody**. São Paulo: Editora Batista Regular, 2014.

FEIBERG, J. F. Sistemas de descontinuidade. In: FEINBERG, J. F. (org.). **Continuidade e descontinuidade**. São Paulo: Hagnos, 2013, pp. 291-318.

HOEKEMA, A. A. **Salvos pela graça**: a doutrina bíblica da salvação. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HÖRSTER, G. **Teologia do Novo Testamento**. Curitiba: Editora Esperança, 2009.

JUNCKER, G. H. “Children of Promise”: Spiritual Paternity and Patriarch Typology in Galatians and Romans. **Bulletin for Biblical Research**, v. 17, n. 1, pp. 131-160, 2007.

LADD, G. E. **Teologia do Novo Testamento**. Ed. revisada. São Paulo: Hagnos, 2003.

MARSHALL, H. I. **Teologia do Novo Testamento**: diversos testemunhos, um só evangelho. São Paulo: Vida Nova, 2007.

McKLAIN, C. E. Israel's relation to the church. **Calvary Baptist Theological Journal**, v. 2, n. 2, pp. 51-66, 1986.

PYNE, R. A. The “seed,” the Spirit, and the blessing of Abraham. **Bibliotheca Sacra**, v. 152, n. 606, pp. 211-222, 1995.

RICCARDI, M. The seed of Abraham: a theological analysis of Galatians 3 and its implications for Israel. **Master Seminary Journal**, v. 25, n. 1, pp. 51-64, 2014.

RIDDERBOS, H. **A teologia do apóstolo Paulo**: a obra definitiva sobre o pensamento do apóstolo dos gentios. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

RYRIE, C. C. **Dispensacionalismo: ajuda ou heresia**. Mogi das Cruzes: ABECAR, 2004.

SAUCY, R. L. Israel e a Igreja: um caso para a descontinuidade. In: FEINBERG, J. F. (org.). **Continuidade e descontinuidade**. São Paulo: Hagnos, 2013, pp. 291-318.

SAUCY, R. L. **The church in God's program**. Chicago: Moody Publisher, 1972.

SCHNABEL, I. J. Israel, the people of God, and the nations. **JETS**, v. 45, n. 1, pp. 35-57, 2002.

SCHOLZ, V. **Dicionário grego-português do Novo Testamento grego**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

VLACH, M. O que é dispensacionalismo? In: MACARTHUR, J.; MAYHUE, R. (editores). **Os planos proféticos de Cristo**. Eusébio: Editora Peregrino, 2016, p. 17-36.

ZUCK, R. **A interpretação bíblica**: meios de descobrir a verdade. São Paulo: Vida Nova, 1994.